

Clipping Diário

TJPI



10.01.2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	10.01.2019	03	

PIAUÍ

Judiciário reduz índice de presos provisórios abaixo da média nacional

Os dados são do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões 2.0, do Conselho Nacional de Justiça

De forma inédita, o Judiciário piauiense reduziu o índice de presos provisórios para 39,93%, estando abaixo da média nacional, que atualmente é de 40,02%. Os dados são do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com os dados do BNMP 2.0 extraídos nesta terça-feira (8), o sistema prisional piauiense conta com 2.051 presos provisórios (39,93%) e 3.086 presos condenados (60,07%).

Para efeito de comparação, de acordo com levantamento realizado pelo CNJ e apresentado em fevereiro de 2009, durante o 2º Encontro Nacional do Judiciário, o estado do Piauí detinha o segundo maior percentual de presos provisórios do Brasil, 71,16%, sendo superado apenas por Alagoas.

Para o desembargador Sebastião Ribeiro Martins, presidente do TJ-PI, a significativa redução deste índice é resultado do esforço de magistrados e servidores, melhorias estruturais do Poder Judiciário piauiense e ações específicas da Corregedoria Geral da Justiça. “Essa diminuição foi obtida, especialmente, pela agilização do julgamento dos processos criminais e também pelo periódico reexame dos feitos criminais com réus presos provisoriamente”, avalia o presidente.

Segundo o juiz Vidal de



Foto: Divulgação

Presos provisórios

Presos provisórios são aqueles ainda sem condenação definitiva, recolhidos em razão de prisão em flagrante, prisão temporária, por decretação de prisão preventiva, pronúncia ou sentença condenatória recorrível.

BNMP

O BNMP foi implementado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2011 e já está presente em todos os tribunais, sendo uma ferramenta on-line que possibilita o registro e consulta de informações sobre mandados de prisão. A versão 2.0 do Banco permite, além do monitoramento das ordens de prisão expedidas pelo Judiciário, o controle do cumprimento das ordens de prisão e soltura em âmbito nacional e em tempo real, permitindo a criação de um Cadastro Nacional de Presos.

Para Ribeiro Martins, isso mostra o esforço de magistrados

Freitas, coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (GMF-PI), “esta é a primeira vez, desde que foi iniciada a coleta de dados, que o Judiciário do Piauí atinge

percentual inferior a 40% de presos provisórios, apesar do total de presos do estado vir crescendo continuamente, atingindo, hoje, 5.131 pessoas presas e tendo 700 presos a mais no estado do que no início de 2018”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde	10.01.2019	-	

Presidente do TJ diz que não convocará concursados nos três primeiros meses



O presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, afirmou nesta quarta-feira (9), que nenhum concursado será convocado por pelo menos os três primeiros meses de 2019. O desembargador disse que é preciso primeiro avaliar o impacto do novo orçamento estabelecido para este ano, para poder definir mais adiante quando poderão ser chamados novos juízes ou servidores concursados, dependendo da necessidade.

Sebastião Ribeiro Martins foi empossado na última segunda-feira (7). Sobre as convocações, ele salientou que em caso de aposentadorias, logicamente, as vagas abertas serão repostas. Além disso, lembrou que o certame foi prorrogado até julho de 2020.

“No momento, o concurso foi prorrogado pelo ex-presidente Erivan Lopes. Ele ia expirar em julho do ano passado e foi prorrogado por mais dois anos. De imediato, nos três primeiros meses não vamos nomear nenhum servidor público, até porque com o processo eletrônico não há necessidade de tantos servidores. Evidentemente aqueles casos de aposentadoria serão repostos quando naturalmente um servidor se aposentar. Então, nem juízes de Direito nem servidores serão convocados, porque vai ser avaliar a execução do orçamento de 2019 com muita responsabilidade”, informou.

O presidente reiterou também que as principais metas da sua gestão serão o aumento da produtividade, o incentivo “à cultura da paz”, através da promoção de mais conciliações e mediações e o fortalecimento da rede de combate à violência contra a mulher.

<https://youtube/gmGS2hbX8D8>